

Entrevista

Regionalismo, nacionalismo e a *Cor da Modernidade* no Brasil: entrevista com Barbara Weinstein*

Regionalism, nationalism and the *Color of Modernity* in Brazil: Interview with Barbara Weinstein

Isabel Bilhão*

Entrevistada: Bárbara Weinstein – Professora e pesquisadora Departamento de História da New York University (NYU), atuando na área de História da América Latina e do Caribe. Dedica-se há mais de quatro décadas ao estudo da história brasileira, tendo vasta bibliografia publicada em Português e Inglês.

Data e Local da Entrevista: 14 e 15 de fevereiro de 2024, New York University (NYU).

Introdução

Ao longo de sua carreira, Barbara Weinstein tem se dedicado, com especial interesse, a estudar a construção da modernidade e as relações entre regionalismo e nacionalismo no Brasil. Em uma entrevista anterior, quando questionada sobre essa escolha, ela mencionou a influência de Emilia Viotti da Costa que, em 1973, foi contratada pelo Departamento de História da Universidade de Yale e se tornou sua orientadora nos estudos de pós-graduação¹. Weinstein comentou: "Emilia, tanto como orientadora quanto como historiadora, despertou em mim um grande interesse pela história do Brasil. Por influência dela, acabei mudando minha área de especialização do Cone Sul para o Brasil. Foi uma das melhores decisões que já tomei na vida" (XAVIER, 2008, p. 389).

De lá para cá, Weinstein realizou importantes estudos sobre a região da Amazônia durante o período de exploração da borracha e, em trabalhos posteriores,

* Essa entrevista ocorreu no âmbito da Missão de Estudos realizada na Universidade de Nova York, em fevereiro de 2024, por meio do PPG-Educação Unisinos, com financiamento CAPEX/Proex.

* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e pesquisadora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

¹ A historiadora Emilia Viotti da Costa foi presa e aposentada compulsoriamente, em 1969, em decorrência de sua oposição à ditadura civil-militar vigente no Brasil a partir de 1964. Mudou-se para os EUA, onde atuou como Professora de História da América Latina na Universidade de Yale, entre 1973 e 1999. No mesmo ano, a Universidade de São Paulo (USP) concedeu-lhe o título de professora emérita (FERREIRA Jr., 2006).

ela voltou seu foco para a industrialização e a história do trabalho em São Paulo². Mais recentemente, ela conduziu uma minuciosa pesquisa sobre a construção da noção de branquitude e suas intrincadas correlações com as identidades regional e nacional a partir da análise da constituição de São Paulo, capital e estado, como principal expoente econômico e político da modernidade brasileira. Para isso, enfocou o evento conhecido como Revolução Constitucionalista, ocorrido em 1932. Observou-o como uma via de análise tanto às formas de construção das noções de superioridade paulista, durante o evento em si, quanto às atualizações desse discurso em momentos posteriores, notadamente em 1954, nas comemorações do IV centenário da fundação da cidade de São Paulo e em 1957, quando o Movimento de 1932 completou 25 anos.

O livro originado dessa pesquisa denomina-se *A Cor da Modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista*. Originalmente publicado em inglês, em 2015, chegou ao Brasil em 2022, editado pela Edusp³. Na entrevista que segue, essa obra foi utilizada como um fio condutor das questões, buscando percebê-la tanto como uma via de acesso às preocupações e abordagens mais recentes da autora, quanto como desdobramento de suas várias décadas de estudos em torno da história brasileira.

1. IB: *Em certo momento do livro (p. 204) a senhora comenta que seu primeiro contato com “a guerra de São Paulo” se deu com a leitura de A History of Brasil, publicada por Bradford Burns, em 1970. Então, minha primeira questão é: de que modo e porque esse evento veio a se constituir em uma temática tão relevante em sua trajetória de pesquisa?*

Há muito tenho curiosidade sobre a “Revolução de 1932”. Pesquisando para meu livro sobre industriais e trabalhadores em São Paulo, pude ver o quão engajadas muitas das principais lideranças da FIESP estavam na organização da campanha militar de 1932, e quão preocupados eles estavam com o fato de que seus funcionários

² Em relação aos trabalhos publicados em língua portuguesa, pode-se mencionar, além de seu último livro, *A Cor da Modernidade*: Weinstein (1993, 1995, 1998, 2000, 2002, 2006, 2016). A autora conta ainda com vasta produção em língua inglesa.

³ Originalmente denominada *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil* (Radical Perspectives), a obra foi publicada pela Duke University Press Books, em 2015.

não necessariamente compartilhassem seu entusiasmo pela “Guerra Paulista”. O que também me impressionou foi que o levante de 1932 foi a última rebelião regional no Brasil e ocorreu no centro econômico do país. E, no entanto, porque não foi a revolta habitual iniciada pelas classes populares ou pelos aliados das classes populares, foi ininteligível, talvez até desinteressante para muitos historiadores sociais. É claro que a fase militar do movimento também foi muito breve – menos de três meses, o que tornou ainda mais fácil seu descrédito (embora a duração de uma revolta não determine automaticamente quanto interesse ela gera – a Revolta dos Malês, de 1835, na Bahia durou apenas alguns dias, se tanto). Mas minha suposição era que a revolta contra Vargas ressoou fortemente em setores significativos da população paulista, fazendo com que essa pudesse ser descrita como um movimento de massa, apesar de seu apelo limitado aos trabalhadores industriais, e que valia a pena investigar como as pessoas nesses setores passaram a abraçar o objetivo de derrubar Vargas e restaurar a posição de São Paulo como centro proeminente do poder político brasileiro. A resolução de pegar em armas contra o governo federal – mesmo que seja retratada como ilegítima – é sempre uma decisão muito séria, que requer muita justificação discursiva. Portanto, parecia muito provável que o momento do levante de 1932 tivesse produzido uma abundância de expressões escritas e imagéticas de identidade regional, incluindo argumentos sobre por que São Paulo tinha o “direito” de desafiar o regime de Vargas. Devo também dizer que assumi, desde o início, que alguns destes argumentos refletiriam uma perspectiva racista. Claro, nada tão explícitas ou redutoras como “somos mais brancos que o resto do Brasil, portanto deveríamos ser a região dominante”. Eu estava interessada nas formas mais sutis pelas quais a branquitude informava a consolidação da identidade regional naquele momento. Mas, deixe-me dizer que algumas das afirmações de 1932 não eram nada sutis, como se pode ler, por exemplo, num manifesto separatista que se referia às forças federais “invasoras” como “filhos da senzala e da miséria, vítimas de climas destrutivos, incrustados da mais grosseira ignorância, um povo que está perdendo a forma humana, tal é a degeneração física que os assola”. [pág. 185]

2. IB: *A quantidade e a variedade de estudiosos mencionados nos agradecimentos de A Cor da Modernidade tornam perceptível sua participação em uma ampla rede de investigadores da história brasileira, que vem se constituindo*

nas últimas décadas. Quais são suas percepções sobre as possibilidades e limites da formação dessas redes de trocas entre intelectuais brasileiros e estadunidenses? A senhora observa modificações ao longo do tempo? Que fatores têm potencializado e quais têm dificultado essa colaboração acadêmica?

Acho que tive uma sorte especial, como “brasilianista”, de fazer contatos e manter amizades com historiadores no Brasil no início da minha carreira. Uma das minhas vantagens foi ter sido orientada, no doutorado em Yale, por Emília Viotti da Costa, que havia sido “aposentada” à força da USP pela ditadura instaurada com o golpe de 1964, e isso me ajudou a fazer conexões com acadêmicos no Brasil, especialmente em São Paulo. Por exemplo, graças à gentil intervenção de Paulo Sérgio Pinheiro, que passou alguns meses em Yale como pesquisador visitante quando eu era estudante de doutorado, minha primeira publicação acadêmica apareceu como apêndice em *O Bravo Matutino* (1980), obra escrita em coautoria por Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, que se tornaram minhas amigas para toda a vida. Lígia, em particular, é provavelmente minha interlocutora mais importante para tudo que escrevo sobre a história do Brasil.

Minha experiência pode ter sido um pouco incomum, mas acho que os brasilianistas cujas carreiras começaram na época da abertura e nos anos finais da ditadura, e os grupos que se formaram nas duas décadas seguintes, tenderam a desenvolver-se de forma mais institucional e amigável com acadêmicos brasileiros do que as gerações anteriores de estadunidenses, em parte por causa de interesses intelectuais análogos e em parte por causa de perspectivas políticas semelhantes. Com algumas exceções importantes, os historiadores estabelecidos nos EUA da geração anterior à minha tendiam a ser menos teóricos, menos políticos e mais empiristas em seu trabalho. Como observei em meu artigo “Sou ainda uma Brazilianist?” (Weinstein, 2016), a partir da década de 1980 houve uma espécie de convergência – acadêmicos nos EUA tonavam-se mais inclinados à teoria e acadêmicos brasileiros estavam cada vez mais imersos na pesquisa arquivística. Embora nas décadas anteriores houvesse muitas vezes diferenças claras entre os estudos acadêmicos sobre o Brasil, escritos por historiadores brasileiros, e o trabalho realizado por historiadores nos EUA, acho que isso começou a mudar partir da década de 1980.

Além das tendências acadêmicas e intelectuais convergentes, testemunhamos inovações tecnológicas nas últimas quatro décadas que transformaram dramaticamente as condições de acadêmicos separados por grandes distâncias, permitindo-lhes permanecerem em contato, participarem de simpósios, mesmo quando é impossível viajar, e trocarem ideias continuamente. Não é exagero pensar no impacto incrível que o e-mail teve em minha trajetória acadêmica. A capacidade de me comunicar instantaneamente, sem gastar uma fortuna em ligações de longa distância; a possibilidade de enviar um rascunho do que estava escrevendo ou um artigo concluído (ou receber o de um colega do Brasil) e recebê-lo em segundos (em vez de semanas) transformou dramaticamente aspectos da vida acadêmica transnacional. E a partir do *Skype*, e agora com o *Zoom*, tornou-se possível participar em defesas de dissertações e em outras atividades sem os enormes gastos (sem falar na contribuição para as emissões de carbono) das viagens aéreas. Com certeza, nada substitui totalmente a experiência de estar fisicamente presente em algum lugar, mas quando isso não é financeiramente ou logisticamente possível, *e-mail*, *YouTube* e *Zoom* são excelentes alternativas. Devo mencionar também, como alguém que estuda a história do trabalho, que estas inovações – o que não surpreende – produziram o que os trabalhadores das fábricas chamariam de “aceleração”. O aumento do ritmo de circulação também significa aumento de demandas e expectativas. Mas para mim, esse é um pequeno preço a pagar pelo elevado senso de conexão.

Outro aspecto relativamente novo da vida acadêmica brasileira que facilitou o início de relações de trabalho transnacionais é a disponibilidade de recursos para financiar pesquisadores brasileiros que desejam passar alguns meses ou um ano como pesquisadores visitantes em uma universidade no exterior com a concessão da bolsa sanduíche⁴ para alunos de doutorado ou as bolsas de pós-doutorado para docentes. Nas últimas três décadas tive o prazer de receber como convidados ou como orientandos cerca de 45 professores de história do Brasil e estudantes de doutorado, e isso não só enriqueceu imensamente minha própria experiência intelectual (e, espero, a deles também!), mas também me propiciou criar uma rede de apoio intelectual e intercâmbios que beneficiaram meus alunos e colegas da NYU e de outros lugares.

⁴ Trata-se da bolsa do Programa Institucional de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE), oferecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilita que os doutorandos de instituições brasileiras realizem parte de seu doutorado no exterior.

É claro que sempre haverá estudiosos que, de uma forma ou de outra, estarão “patrulhando as fronteiras”, atentos ao menor sinal de eurocentrismo ou de pensamento hegemônico entre os pesquisadores da história do Brasil atuantes nos EUA. Isso é de se esperar. Mas é uma tendência menor hoje em dia, dada a quantidade de colaboração e intercâmbio que ocorrem entre acadêmicos brasileiros e estadunidenses. Atualmente, acho que seria difícil traçar as fronteiras, e ainda mais difícil protegê-las.

3. IB: *Ao longo de sua carreira ao senhora tem procurado publicar tanto para o público brasileiro, em português, quanto para o público estadunidense e demais leitores, em inglês. Pode-se pensar que essa postura, ao mesmo tempo em permite a maior circulação dos resultados de pesquisa, também requer estratégias de escrita que tornem os textos inteligíveis nesses distintos contextos? Como a senhora lidou com essa questão na elaboração de A Cor da Modernidade?*

Primeiro, qualquer autor que publique em outro idioma precisa de um excelente tradutor. Escrevi alguns artigos diretamente em português, e mesmo esses exigiram revisões para se tornarem publicáveis. Traduzir um livro inteiro para o português estaria muito além da minha capacidade. Então, tive a sorte de a Edusp me colocar em contato com Ana Maria Fiorini, que teve muito cuidado com a tradução, e depois trabalhou junto comigo (embora à distância – isso foi durante a pandemia) para garantir a melhor versão das expressões idiomáticas. Também tivemos o cuidado de utilizar as obras em português das citações que foram traduzidas para o inglês na redação original. Levei algum tempo para encontrar a versão original da famosa declaração de Martinico Prado, “Immigrants with money are of no use to us” – que eu, como muitos outros estudiosos, encontrei já traduzida (corretamente) para o inglês na dissertação de Michael Hall sobre imigração italiana. Várias obras traduziram essa passagem de volta para o português, como “Imigrantes com dinheiro não têm utilidade para nós”. Eu tinha certeza de que Martinico Prado, falando na década de 1880, não usou a palavra “utilidade”. Finalmente consegui, através de empréstimo entre bibliotecas, um volume com os discursos da legislatura provincial de São Paulo, e lá estava a citação original: “Imigrantes com fortuna não servem para nós”. Isso sim é algo que eu poderia imaginar Martinico Prado dizendo.

E depois há a questão de quanto material contextual e explicativo se deve incluir. Para a versão em inglês, tive que presumir que mesmo leitores bem instruídos poderiam saber muito pouco sobre a história brasileira e, portanto, cada nome e evento – Getúlio Vargas, o Movimento Modernista, o fato de São Paulo poder se referir tanto ao estado quanto à capital do estado (como Nova York, NY) – exigia pelo menos uma breve explicação. Então a questão era: quanto disso deveria ser retirado da versão brasileira? Certamente muito poderia ser excluído, mas mesmo alguns leitores brasileiros poderiam precisar de um pouco de informação contextual para os fatos que pudessem ser considerados básicos. Não existe uma “regra” para isso, então o autor e o tradutor devem usar o seu entendimento. Graças a um comentário irritado numa resenha da versão portuguesa, sei que cometi pelo menos um erro de julgamento. No epílogo, onde discuto a “regionalização” dos padrões eleitorais no Brasil desde a eleição presidencial de 2006, observo que o Brasil tem voto direto – isto é, não tem colégio eleitoral – de modo que a regionalização não tem um impacto tão extremo nos resultados das eleições, como acontece nos Estados Unidos. O resenhista apontou este comentário (que era puramente explicativo para o leitor de língua inglesa) como uma indicação de que eu considerava o colégio eleitoral dos EUA como normativo e o modelo hegemônico para eleições em todo o mundo. Li essa afirmação com horror porque (como menciono abaixo) considero o colégio eleitoral como uma das características mais antidemocráticas da vida política nos Estados Unidos e celebraria com entusiasmo a sua extinção. Espero que outros leitores não interpretem (erroneamente) a minha breve referência ao colégio eleitoral dessa forma.

4. IB: Ao longo do livro a senhora apresenta diversas reflexões que apontam para mudanças paradigmáticas na história social contemporânea. Por favor, discorra sobre a importância das discussões sobre as distintas formas de constituição da branquitude e sobre a desnaturalização de noções racializadas no interior dos discursos sociais como exemplos dessas transformações.

Antes da década de 1990 e da viragem cultural, os estudiosos que trabalhavam na linha da “nova história social” tendiam a concentrarem-se em grupos subalternos – trabalhadores, negros, mulheres – cujas identidades eram tratadas como

autoevidentes, com certas expectativas pré-determinadas (consciência, comportamento político) ligadas a eles. Dentro desse quadro, a “branquitude” nunca foi uma categoria a ser interrogada. Era uma espécie de “categoria padrão”. Com a viragem cultural, a atenção deslocou-se para a forma como estas identidades foram construídas e em que circunstâncias poderiam ser consolidadas ou desestabilizadas. Podemos falar sobre o que significa ser “negro” se não considerarmos o que significa ser “branco”? Da mesma forma, podemos questionar noções de feminilidade sem analisar a masculinidade? E para um historiador, há a questão crucial de como as identidades consolidadas num determinado momento refletem o campo mais vasto da circulação cultural, bem como os interesses daqueles que estão ativamente envolvidos no processo de formação de identidade. No caso de São Paulo, meu argumento foi de que construir uma identidade de excepcionalismo regional e modernidade ligada à branquitude não era apenas uma questão de atrair imigrantes europeus, mas de construir uma narrativa histórica que distinguisse São Paulo de outras regiões do Brasil, especialmente do Norte e do Nordeste. Queria enfatizar também que esta associação de São Paulo com a branquitude não era simplesmente uma explicação racista para a emergência daquela região como centro dinâmico da economia brasileira (ou seja, sua “locomotiva”), mas sim que ideias sobre o passado excepcional de São Paulo bem como de seu presente eram elementos constitutivos de um projeto de hegemonia regional. Para mim, isso foi absolutamente central no processo de desnaturalização das explicações racializadas para o “excepcionalismo” de São Paulo.

5. IB: *Na mesma linha das transformações paradigmáticas a senhora menciona, nas páginas 205 e 206, que é preciso sair do lugar comum de que “os vencedores escrevem a história”, pois em diferentes momentos os vencidos podem escrever suas versões, transformando derrotas em triunfos, como exemplificado no caso da narrativa paulista sobre a Revolução Constitucionalista. Mas, nesse caso, eu gostaria de lhe perguntar sobre as condições de produção e de difusão de narrativas entre os diferentes grupos sociais participantes do movimento. Poderíamos afirmar que entre eles alguns foram mais vencidos do que os outros tanto na produção de significados quanto no acesso aos benefícios da narrativa triunfalista?*

Antes de responder diretamente a esta excelente pergunta, permita-me dizer que iria ainda mais longe e argumentaria não só que por vezes os “perdedores” conseguem escrever a história, mas muitas vezes é difícil determinar quem ganhou, e quem perdeu. Os “lados opostos” em qualquer conflito – especialmente quando o conflito termina – nunca são tão estáveis como podem parecer. Todo mundo sabe que a União derrotou a Confederação na Guerra Civil dos EUA, mas os historiadores cujos escritos construíram a narrativa dominante da “Reconstrução” do pós-guerra (que falhou porque os escravos libertos não estariam “prontos para se tornarem cidadãos”), e atuavam em universidades do Norte, como a Columbia, compartilhavam a aposta dos sulistas na Supremacia Branca. O exército da União foi vitorioso, a Confederação foi derrotada, mas a ideologia da supremacia branca sobreviveu e prosperou após a Guerra Civil e a abolição da escravatura.

No caso do levante de 1932, é interessante considerar que as duas principais fontes para a história e a memória da Revolução Constitucionalista (rótulo que já implica uma luta pela memória), tanto comemorativas quanto críticas, são produtos de São Paulo. Pouco foi escrito sobre esse episódio por jornalistas e estudiosos de outras partes do Brasil (com exceção de escritores que vieram de outros estados para se oporem aos paulistas). Um grande contingente de criadores de memória foram os homens (e algumas mulheres) “veteranos” da guerra e que cultivaram vários meios para manter essa memória – nomes de ruas, nomes de edifícios, mausoléus, monumentos, currículos escolares, nomes de veteranos, clubes. Quanto aos estudos acadêmicos, a maioria surgiu nas universidades de São Paulo e variaram desde críticas contundentes, que retratam a “revolução” como produto da manipulação da elite, até discussões mais matizadas sobre os motivos da revolta e as questões em jogo. Especialmente digna de nota é a excelente coleção de cartazes fac-símile e documentos, publicada pelo arquivo do estado de São Paulo para marcar o quinquagésimo aniversário do levante, que proporcionou uma noção da gama de participantes e perspectivas, e conseguiu ser crítica sem ser desdenhosa. E houve uma tendência nos anos que se seguiram à promulgação da Constituição de 1988 para enfatizar o aspecto “constitucionalista” da Guerra de São Paulo e a ênfase da revolução na restauração do Estado de Direito. Mas numa São Paulo com um movimento operário militante e milhões de residentes originários do Nordeste, a

revolta de 1932 não ofereceu uma narrativa histórica unificadora. Em vez disso, penso que a memória deste episódio foi capturada pela direita e tornou-se uma espécie de “meme” para as forças do ressentimento regional.

6. IB: *Um dos pontos chaves de sua análise é a consideração de que “o sucesso econômico de São Paulo cimentou a associação amplamente aceita entre branquitude e civilização, entre branquitude e modernização, entre branquitude e produtividade” (p 44). Quais seriam as principais características dessa branquitude construída na narrativa de 1932? Que elementos ela engloba? Quais deixa de fora?*

Um aspecto do levante de 1932 (e dos meses de mobilização contra o governo Vargas que antecederam o “9 de Julho”) que tornou tão interessante estudá-lo é que não temos acesso apenas ao modo como a imprensa paulista – com suas dezenas de publicações – relatou o movimento e a revolta, mas também temos muitas crônicas e comentários publicados em livros pouco antes, durante e imediatamente após o conflito. Há uma montanha de material que permite perceber como os paulistas com acesso aos meios de publicação foram construindo ou reforçando determinados elementos da identidade regional. Assim, por exemplo, as descrições das batalhas sempre comparavam os modernos e disciplinados combatentes paulistas, a “fina flor” da juventude paulista, com os “jagunços” recrutados no Nordeste pelas forças pró-Vargas. Até mesmo Mário de Andrade, que posteriormente considerou que a revolta de 1932 foi um erro, descreveu São Paulo na época da revolta como uma “civilização cristã europeia” e os seus “invasores” como “hordas indígenas primitivas”. As representações – em palavras e imagens – do conflito também deram especial atenção às diversas armas modernas de guerra utilizadas pelas tropas paulistas, e fizeram reiteradas menções ao “trem blindado” e à força aérea rebelde (na realidade, uma das razões pelas quais as tropas federais garantiram a vitória tão rapidamente foi justamente a escassez de armas modernas e precisas em São Paulo). Embora “Revolução Constitucionalista” tenha se tornado o nome semi-oficial do conflito, aqueles que escreveram sobre ele no momento retrataram-no como uma “guerra” completa, no sentido moderno, com capacetes de aço, metralhadoras e granadas. Seguindo essa tendência, o jornal publicado especificamente para distribuição às tropas chamava-se *Jornal das Trincheiras*.

Quanto às qualidades associadas à branquitude que foram deixadas de fora ou receberam menos ênfase, eu diria que expressões explícitas do discurso da supremacia branca eram relativamente raras. É certo que não estiveram ausentes, especialmente entre os paulistas com inclinações separatistas. Mas pelo menos alguns porta-vozes do governo paulista insurgente insistiram que todos eram bem-vindos para pegar em armas por São Paulo e apontaram a Legião Negra como prova de que o movimento não era racista. Além dos separatistas e de alguns outros chauvinistas regionais extremistas (Alfredo Ellis, Paulo Duarte), a única descrição do movimento que o ligava abertamente ao conceito de supremacia branca foi (previsivelmente) escrita pelo cônsul dos EUA em São Paulo, que declarou que os paulistas lutavam para defender sua “cultura de homem branco”.

Há outro discurso que circula frequentemente em contextos de luta entre a “civilização branca” e as “hordas selvagens” – a necessidade de proteger a honra das mulheres brancas –, este esteve quase totalmente ausente dos muitos escritos e relatórios sobre a revolta de 1932. No quarto capítulo discuto a construção da figura da Mulher Paulista e, embora essa seja idealizada de diversas formas estereotipadas (esposa e mãe dedicada), ela também possui algumas características que não são tão típicas. A Mulher Paulista é repetidamente representada como “quase viril” e mais cívica do que as mulheres frívolas de outras regiões do Brasil. No livro eu conto sobre um incidente em que mulheres protestaram porque um posto de recrutamento paulista retratava homens que não se voluntariavam como covardes feminizados, vestindo roupas íntimas femininas. As manifestantes consideraram que isto era um insulto às muitas mulheres paulistas que demonstraram grande coragem em apoiar o movimento e em servir como enfermeiras na linha de frente do combate. Estas imagens de força e coragem femininas eram incompatíveis com clichês sobre “proteger as senhoritas do perigo”.

7. IB: *A senhora também salienta em diferentes momentos que essas definições de branquitude, modernidade e produtividade são produzidas em oposição a um “outro”, que nesse caso é a região Nordeste. Quais seriam as principais operações discursivas e atualizações da memória ao longo dos períodos estudados a permitirem a construção dessa oposição?*

Comecei a conceber o que se tornou *A Cor da Modernidade* no final da década de 1990 e, em 1999, Durval Muniz de Albuquerque Jr. publicou *A invenção do Nordeste e outras artes*. Eu já havia notado as frequentes referências negativas aos nordestinos nas crônicas do levante de 1932, e a leitura do livro de Durval não apenas me convenceu de que este era um tropo fundamental na mobilização dos paulistas contra Vargas, mas também se baseava em estereótipos pejorativos anteriores dos nordestinos. Talvez os primeiros “sinais” desta hostilidade para com o Nordeste possam ser detectados no movimento republicano (décadas de 1870-80) e no seu apelo ao federalismo/descentralização, que refletia a percepção de que certas regiões estagnadas ou em declínio eram capazes de manter um domínio político injustificado sob o sistema imperial altamente centralizado. E então se tornou um instrumento para justificar a posição privilegiada de São Paulo durante a Primeira República, ou simplesmente distanciar a identidade e a sociedade paulista do “atraso”. Às vezes o nordestino era apresentado como uma figura ridícula, um “cabeça chata” despreparado para transitar no mundo moderno de São Paulo, e outras vezes aparecia como um impedimento para qualquer tentativa de higienizar, modernizar e desenvolver o Brasil. Quando Vargas – talvez como uma provocação deliberada – nomeou o tenente pernambucano João Alberto Lins de Barros como interventor de São Paulo (1930-31), essas imagens do nordestino como “fora do lugar” na cosmopolita São Paulo tornaram-se particularmente populares. E, uma vez iniciado o conflito armado, o estereótipo dominante foi o da figura do jagunço selvagem e insensato, retirada das páginas de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e apresentada sob a luz mais negativa.

O que também ficou evidente para mim foi a instabilidade do nordestino como categoria racial. Às vezes o nordestino era “cabeça chata”, ou mestiço de uma espécie ou de outra, mas outras vezes era mulato ou negro. Em outras palavras, “nordestino” foi certamente uma categoria racializada, mas nem sempre foi racializada da mesma forma.

8. IB: *Ao analisar a organização dos eventos alusivos ao IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954, e o papel da Revolução Constitucionalista naquele contexto, a senhora menciona que a comissão organizadora ainda via a “paulistanidade” como propriedade de um setor social específico [elitizado, branco e*

culto] (p. 426). Todavia, naquele momento as disputas e reelaborações de significados em torno da data se tornaram mais visíveis. Que fatores explicariam esses novos tensionamentos?

No parágrafo onde faço esse comentário, apresento outros dois pontos que considero especialmente relevantes para a sua pergunta. Em primeiro lugar, registro o evidente desdém manifestado pelos membros da comissão organizadora relativos às atividades ou eventos de caráter “popular”. Eles os consideram como uma concessão necessária às “massas”, mas esses acontecimentos evidentemente contrariam a sua missão de apresentar São Paulo como uma cidade moderna e sofisticada, cujos moradores – pelo menos aqueles que “contam” – têm bom gosto e discernimento. Mas encerro o parágrafo observando que era praticamente impossível para a comissão organizadora, quaisquer que fossem suas preferências estéticas, atender exclusivamente às classes média e alta instruídas, dadas as rápidas mudanças em São Paulo, inclusive na esfera política, a partir da década de 1940.

Dois incidentes são particularmente ilustrativos deste dilema. Jânio Quadros, que era prefeito de São Paulo e também estava concorrendo a governador do estado em 1954, decidiu se distanciar das festividades associadas ao IV Centenário. Ele optou por viajar para o exterior durante alguns eventos importantes, e o vice-prefeito, Porfírio da Paz, assumiu muitas das funções cerimoniais. Jânio também demitiu Ciccillo Matarazzo da chefia da comissão após o cortejo carnavalesco ter sido totalmente mal administrado. Mas o maior “escândalo” foi um comentário do gestor da campanha de Jânio, num comício no interior, no qual teria rejeitado a afirmação, acalentada por muitos autodenominados “quatrocentões”, de que a herança bandeirante era a base para a prosperidade e modernidade excepcionais de São Paulo. Em vez disso, o gestor afirmou que o progresso da região se devia aos imigrantes (europeus) que afluíram ao estado após a abolição, e terminou declarando: “Não vejo honra nenhuma em descender do harém de Fernão Dias.”

O outro incidente envolveu o esforço de representantes da comunidade negra de São Paulo para convencer uma comissão organizadora muito relutante (agora chefiada pelo poeta modernista Guilherme de Almeida) a patrocinar e subsidiar oficialmente as festividades de inauguração da estátua em homenagem à “Mãe Preta”. Uma vez mais ficou evidente que os membros da comissão tinham pouco entusiasmo

pelo evento e estavam inclinados a recusar o pedido. Também se tornou notório que a liderança afro-paulista entendeu os motivos da relutância: em uma carta eles observaram que todos os grupos que contribuíram para a grandeza de São Paulo foram celebrados durante o IV Centenário “com exceção dos negros”.

Penso que ambos os episódios demonstram quão difícil se tornou para um pequeno segmento da elite econômica e intelectual de São Paulo impor a sua visão do passado, presente e futuro da região. Fosse pela tensão entre a celebração da branquitude e a noção do Brasil como uma democracia racial, fosse pela disputa sobre as causas do “excepcionalismo” de São Paulo (que se poderia resumir como “bandeirante versus imigrante”, com os afro-paulistas totalmente omitidos), a comissão organizadora viu-se reiteradamente alvo de denúncias e críticas.

9. IB: *Ainda em relação às festividades de 1954, a senhora apresenta uma série de eventos, abarcando diferentes públicos, alguns com caráter mais pedagógico, outros mais voltados à diversão. Sobre a exposição histórica, coordenada pelo historiador Jaime Cortesão, a senhora registra a intenção de apresentar uma exposição que fosse “tanto edificante como divertida, além de aceitável do ponto de vista acadêmico” (p. 476). Ao ler essa passagem fiquei pensando na persistência de dificuldades nas relações entre a academia e a sociedade, ao mesmo tempo em que acompanhamos a emergência de novas perspectivas como, por exemplo, a da história pública. Como a senhora analisa essa questão?*

Considero a transformação da “história pública” num importante campo de especialização (tanto no Brasil como nos EUA) como um processo muito positivo e bem-vindo. Nos últimos 20 anos, o campo tornou-se muito mais respeitado, deixando de ser visto na acepção de uma história “light”. Tornou-se mais criativo e também uma fonte significativa de prestígio para a curadoria de uma grande exposição histórica. Mas ainda é um desafio descobrir como tornar a interpretação histórica atraente e inteligível para um público mais amplo. Em outras palavras, como explicitar que até as narrativas são uma forma de interpretação? Como podemos indicar nas exposições que não existe um enredo “correto” e que a forma como os historiadores pensam sobre certas questões mudou dramaticamente ao

longo do tempo? Acabei de ministrar uma disciplina sobre a América Latina pós-independência no curso de graduação, e vários alunos avaliaram que o aspecto das aulas que mais gostaram foi a discussão de como as abordagens de diversas questões (abolição da escravatura em Cuba e no Brasil, ascensão do populismo na Argentina, etc.) mudaram ao longo do tempo. Mas esses alunos passaram 35 horas comigo em sala de aula ao longo do semestre, então houve muito tempo para discutir por que e como o pensamento sobre certas questões havia mudado tão radicalmente. Ao montar uma exposição ou alguma outra plataforma de história pública, é preciso priorizar elementos que chamem a atenção do público e ter o cuidado de retratar figuras históricas, episódios, questões de uma forma que não seja muito complicada. Se você estiver trabalhando com pessoas de uma determinada comunidade, deverá levar em consideração suas sensibilidades e tradições históricas. E se você reconhecer a instabilidade da interpretação histórica, certa parcela do seu público se perguntará se a História tem algum valor se os historiadores não puderem nos dizer exatamente o que e porque aconteceu (mesmo que cada campo do conhecimento acadêmico experimente mudanças na interpretação e na perspectiva e seja por isso que os estudiosos pesquisam). Em outras palavras, penso que fazer uma história pública realmente boa é um importante desafio, mas também penso que a história pública é crucial para convencer o público de que a História é um campo de investigação que merece o seu apoio.

10. IB: *No epílogo a senhora defende que “as imagens negativas dos nordestinos não devem ser vistas como ‘resquícios’ de um conflito anterior e sim como tropos visuais e verbais mutáveis e que circulam amplamente na sociedade brasileira e que estavam disponíveis para serem reavivados, reconfigurados e utilizados sempre que as hierarquias tidas como ‘naturais’ fossem colocadas em xeque” (p. 572). Então, para concluir, gostaria de lhe perguntar como a senhora percebe a exacerbação das narrativas racistas e do recrudescimento das hierarquizações regionais observadas no Brasil nos últimos anos? Em sua opinião, que aspectos do regional e do nacional foram colocados em evidência nessa arena política contemporânea?*

Quando escrevi o epílogo, há cerca de dez anos, as divisões regionais na política brasileira ainda não eram tão óbvias. Lula deixou o cargo em 2011 com um índice de aprovação de mais de 80 por cento, pelo que parecia haver um acordo geral em toda a nação brasileira de que a presidência de Lula tinha sido boa para todo o Brasil. Mesmo assim, quando olhei os mapas eleitorais das duas eleições de Fernando Henrique e da primeira eleição de Lula à presidência, fiquei impressionado com o quão “nacional” foi a votação. Quase todos os estados deram a maioria dos votos a FHC em 1994 e 1998. E em 2002, apenas Alagoas não deu a maioria dos votos a Lula. Em outras palavras, a regionalização definitivamente não era uma característica inevitável ou previsível dos padrões eleitorais no Brasil. O que explica este desenvolvimento recente e preocupante, eu diria, é o pressuposto de que as políticas do PT têm sido mais benéficas para os brasileiros mais pobres, que estão concentrados no Norte e Nordeste do país (sem ir muito longe na questão, devo dizer que penso que milhões de brasileiros que ingressaram na crescente classe média na primeira década deste século o fizeram precisamente por causa das políticas do PT que favoreceram o consumo e expandiram o acesso ao ensino superior – não foram de forma alguma apenas os brasileiros mais pobres que se beneficiaram dos programas do PT). Esta suposição reforça o apoio ao PT entre os eleitores de baixos rendimentos, mas exclui muitos eleitores das classes média e alta que se ressentiam da suposta redistribuição de renda, especialmente quando um declínio na economia tornou o seu estatuto de classe média mais precário. E este tipo de ressentimento está quase sempre associado a um discurso que menospreza os pobres, que os retrata como de alguma forma responsáveis pela sua própria pobreza (são preguiçosos, têm demasiados filhos, etc.) E tais discursos, com a sua ênfase em qualidades intrínsecas, normalmente também se baseiam em linguagem e imagens racistas. É claro que as divisões políticas no Brasil (como nos EUA) não são inteiramente “preto e branco”, tanto no sentido literal quanto metafórico. Certas questões, como a criminalidade, atravessam classes sociais, regiões e identidades raciais. Voltando ao tópico mencionado anteriormente, porque o Brasil tem um sistema eleitoral mais democrático (sem colégio eleitoral, e com voto obrigatório) do que os Estados Unidos, a regionalização política não tem consequências tão graves no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, certamente desempenhou um papel na vitória eleitoral de Bolsonaro, em

2018, bem como na proximidade alarmante do número de votos nas eleições presidenciais em 2022.

Referências:

BURNS, Bradford. **A History of Brazil**. New York, Columbia University Press, 1970.

FERREIRA, Jr. Amarílio. **Prefácio**. In: Hayashi, Carlos Roberto (Org.). **Inventários 1**, Coleção Emília Viotti da Costa. São Carlos, Unidade Especial de Informação e Memória / CECH / UFSCar, 2006. Disponível em: <https://www.ueim.ufscar.br/colecoes/colecao-emilia-viotti-da-costa> Acesso em: 12/11/2023.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO Maria Lígia **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1980.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência. São Paulo, Hucitec. Edusp, 1993.

WEINSTEIN, Barbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não qualificadas a esposas profissionais. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 143.171, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1766/1821> Acesso em: 10/12/2023.

WEINSTEIN, Barbara. A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social a Nova História Cultural. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 35, p. 227. 246, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/9tvXk99bv8YsLdkZn67RNJv/#> Acesso em: 25/11/2023.

WEINSTEIN, Barbara. **A (re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

WEINSTEIN, Barbara. Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. História, Ciências, Saúde. **Manguinhos**, v. 9, n. 2, p. 261.272, maio-ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/cFFmQ3hJRJRzVRhj4npXfKM/> Acesso em: 25/11/2023.

WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo X Brasil, 1932. **Revista Esboços**, v. 13, n. 16, p. 281.303, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/133/177> Acesso em: 26/11/2023.

WEINSTEIN, Barbara. Sou ainda uma Brazilianist ? **Revista Brasileira de História**, v. 36, nº 72, 2016, p. 195-217. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/nFbH9zvYDSqsXxfcbRPsfsf/?format=pdf&lang=PT> Acesso em: 27/02/2024.

WEINSTEIN, Barbara. **A Cor da Modernidade**: A Branquitude e a Formação da Identidade Paulista. São Paulo, EDUSP, 2022.

XAVIER, Regina. Entrevista com Barbara Weinstein. **Revista Anos 90**, v. 15, n. 27, p. 387-404, jul. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6750/4052>. Acesso em: 12/11/2023.

Recebido em Agosto de 2024
Aprovado em Agosto de 2024